

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES NA GUINÉ-BISSAU (1956-1973): A PERSPECTIVA DE AMÍLCAR LOPES CABRAL¹

Aua Silá²

RESUMO

Considerando que gênero é uma categoria de análise do fenômeno da desigualdade social entre homens e mulheres e que a participação constitui um mecanismo que permite tomar parte e influenciar decisões políticas, este artigo aborda a participação das mulheres na luta da libertação da Guiné-Bissau do jugo colonial a partir da perspectiva de Amílcar Cabral para compreender a relação entre gênero e participação política na sociedade guineense. Recorreu a uma pesquisa bibliográfica e evidenciou que Cabral conseguiu fomentar a participação sociopolítica das mulheres na sociedade guineense na época colonial.

Palavras-chave: África - história - movimentos de autonomia e independência; Cabral, Amílcar Lopes - crítica e interpretação; mulheres - Guiné-Bissau - atividades políticas.

ABSTRACT

Considering that gender is a category of analysis of the phenomenon of social inequality between men and women and that participation constitutes a mechanism that allows taking part and influencing political decisions, this article addresses the participation of women in the struggle for the liberation of Guinea-Bissau from the power colonial from the perspective of Amílcar Cabral to understand the relationship between gender and political participation in Guinean society. It resorted to a bibliographical research and showed that Cabral managed to promote the sociopolitical participation of women in Guinean society in the colonial era.

Keywords: Africa - history - autonomy and independence movements; Cabral, Amílcar Lopes - criticism and interpretation; women - Guinea-Bissau - political activities.

¹ Trabalho de conclusão de curso, apresentado ao curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Campus dos Malês, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Zelinda dos Santos Barros.

² Aua Silá de nacionalidade guineense, bacharela em Humanidades pela UNILAB. Graduanda do curso de licenciatura em Ciências Sociais pela mesma universidade.

1 INTRODUÇÃO

As mulheres guineenses sempre desempenharam papel importante na construção das sociedades tradicionais do atual território da Guiné-Bissau³, participando da luta anticolonial e da construção de Estado guineense. Nesta sociedade, as mulheres são a maioria da população, representando 52%⁴. Contudo, na organização social e nas relações sociais guineenses, as mulheres são relegadas à posição de subalternidade. O patriarcado, enquanto sistema de poder que privilegia o homem, criou obstáculos na sociedade guineense não apenas no que concerne à participação das mulheres na luta contra o império colonial, como constitui um elemento fundamental para a sua inferiorização na atualidade. Neste artigo, analiso a participação das mulheres na luta da libertação da Guiné-Bissau do jugo colonial a partir da perspectiva de Amílcar Cabral, buscando compreender como sua ideologia contribuiu para a mobilização e emancipação das mulheres durante a luta de libertação nacional diminuindo, à época, a desigualdade entre homens e mulheres. Amílcar Lopes Cabral foi o agrônomo e o líder político que liderou a luta contra o colonialismo português com o objetivo de libertar a Guiné-Bissau e Cabo-Verde. Por isso, é considerado o pai da independência da Guiné-Bissau e Cabo-Verde, apesar de ter sido assassinado em 20 de janeiro de 1973, antes de ver os seus objetivos serem concretizados com a Proclamação da Independência dos países supracitados.

Este artigo recobre o período de 1956 - ano de fundação do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC), a 1973 - ano que marca o fim da guerra da libertação e a independência da Guiné-Bissau. A partir de estudo bibliográfico (MARCONI, 2015), foi feito o levantamento de informações em livros e artigos de autoria de Amílcar Lopes Cabral e de pensadores que abordam o seu pensamento. Diante disso, foram analisados: *Arma da teoria vol. I (1995)*, *Arma da teoria vol. IV (1980)*, *Guiné-Bissau, nação africana forjada na luta (1974)* e *Unidade e luta - alguns princípios do partido (1945)*. Essas obras, de modo geral, abordam a realidade social, política, econômica do contexto colonial na Guiné-Bissau, o seu cotidiano, teorias sociopolíticas, econômica, cultural, diplomática e como estas constituem estratégias fundamentais no direcionamento das ações coletivas na luta da libertação contra o jugo colonial português e na conquista da independência da Guiné-Bissau.

O artigo está dividido em três partes. Na primeira parte, apresenta os conceitos de gênero

³ A Guiné-Bissau, fica situado na costa ocidental da África tendo limites fronteiriços ao norte com Senegal, leste e sul com Guiné-Conakry e oeste com oceano atlântico, tem uma superfície total de 36.125km² e tem clima tropical, quente e húmido. É constituído por três províncias, das quais: norte, sul e leste, tem oito regiões: Biombo, Cacheu, Bafafá, Gabu, Oio, Quinara, Tombali Bolama Bijagós e um sector autónimo Bissau (BENZINHO; ROSA, 2015).

⁴ <https://news.un.org/pt/story/2019/07/1679791>

eparticipação política como noções importantes para a análise da sociedade guineense e aborda as relações de gênero neste contexto a fim de melhor compreendermos os aspectos relacionados à participação política das mulheres nesta sociedade. Na segunda parte, apresenta a trajetória de Amílcar Cabral e sua importância na luta pela independência da Guiné-Bissau do jugo colonial português. Por fim, trata da influência do pensamento e da luta de Amílcar Lopes Cabral sobre a participação das mulheres na luta de libertação da Guiné-Bissau e sua importância no processo de emancipação das mesmas.

2 GÊNERO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NA GUINÉ-BISSAU

Gênero é um marcador social importante para a construção de diferenças, bem como de desigualdades sociais. Adotado inicialmente na década de 1950 pela sexologia, em pesquisas sobre as identidades dos então chamados hermafroditas (hoje intersexos), o conceito de gênero passou a ser utilizado para analisar as relações entre homens e mulheres e as desigualdades surgidas a partir destas relações (SCOTT, 1989).

O conceito de gênero foi introduzido na sociedade africana pelos colonizadores europeus, sendo uma categoria construída a partir das experiências dos membros de sociedades ocidentais. Durante muito tempo o determinismo biológico baseou os estudos sobre estas sociedades, sendo o conceito “mulher” central para as ideias e os discursos ocidentais sobre as relações de gênero. Como termo mulher, tornado “o outro” do homem pelo patriarcado, foi impedido o entendimento da sua capacidade de se relacionar de modo igualitário com os homens em sociedades colonizadas (OYEWUMI, 1997).

Durante os anos 1980, surgiram em África os estudos sobre mulheres, mais tarde denominados estudos de gênero, que no contexto africano se desenvolveram com intuito de encontrar suas especificidades, novos caminhos metodológicos e de mudanças de paradigma. A dominação masculina em África teve origem na exclusão da esfera privada, dando ênfase à esfera pública como único espaço onde a política acontece (GOUWS, 2012 *apud* MOREIRA, 2017).

Por outro lado, gênero existe a partir da dinâmica das relações sociais, dado que os seres humanos apenas se constroem como base na relação com os outros. Nesta senda, os estudos de gênero têm se desenvolvido com objetivo de questionar os determinantes biológicos, questionando a naturalização das diferenças entre os indivíduos de cada sociedade e, assim, desconstruir as produções discursivas sobre o gênero, desmistificando ideias e modos de vida

entendidos como *próprios* de cada sexo (MOREIRA, 2017). Nesta perspectiva, a categoria gênero é sustentada e politicamente orientada para a redefinição das relações de poder entre homens e mulheres, tem sido concebida para indicar a construção social das diferenças e desigualdades existentes nas sociedades humanas (GOMES, 2015).

É perceptível a subalternização das mulheres, fato que remete à necessidade de entender a dinâmica da sociedade patriarcal, ou seja, a organização social construída pelo patriarcado. Os debates feministas sobre patriarcado colocam no centro o poder do homem sobre mulher nas sociedades capitalistas contemporâneas, a subordinação das mulheres com a apropriação masculinada do labor reprodutivo da mulher (SCOTT, 1989).

No patriarcado moderno a distinção entre os sexos é tida como uma diferença natural, numa concepção da diferença sexual que atribui às mulheres um papel subordinado (AZEVEDO, 2016). A base do patriarcado é a opressão das mulheres a partir da socialização dos homens para odiarem mulheres. Na sociedade patriarcal, os homens são encorajados a agredir aqueles que não têm poder, como é o caso das mulheres (BELL HOOKS, 1981).

As mulheres foram, ao longo de muitos anos e em muitas sociedades, vistas apenas ligadas à esfera doméstica, privada. Todavia, estes olhares têm sofrido mudanças e, com o passar dos séculos, ser mulher passa de mãe à professora, jornalista, engenheira, política, entre outros cargos que eram considerados adequados exclusivamente para os homens. Neste contexto, a igualdade de gênero constitui o bem econômico essencial para a promoção de um crescimento econômico justo e inclusivo (TARRAFA, 2015).

Ao iniciar esta seção com debate conceitual sobre gênero, mostro como o mesmo se constitui uma importante categoria de análise do fenômeno social, diretamente relacionada à temática central deste artigo, uma vez que as desigualdades de gênero são um fenômeno vigente na sociedade guineense e, sobretudo, configuram um fato social que constitui a preocupação de Cabral dentro do PAIGC, que se mostrava preocupado em mostrar aos companheiros que, para que a luta fosse bem-sucedida, precisavam abolir as contradições existentes entre as relações de gênero (homem e mulher) e destruir as desigualdades no seio social guineense. Consequentemente, construir uma sociedade justa e igualitária, dando todos e todas as mesmas oportunidades sem a distinção de sexo ou raça dentro do partido e na sociedade.

Com relação ao conceito de participação, este tomou-se parte do vocabulário político popular a partir dos últimos anos da década 1960, através das reivindicações feitas pelos estudantes. Diante disso, participação tornou-se parte da teoria da democracia moderna mais aceita, popular entre estudantes, teóricos e sociólogos políticos (PATEMAN, 1992). A participação é educativa, uma vez que promove, por meio de capacitação e conscientização

individual e coletiva, o desenvolvimento da cidadania com o objetivo de romper com a subordinação e a injustiças sociais (PATEMAN, 1992 *apud* LÜCHMANN, 2006, p. 21).

Participação política é uma ação desenvolvida em solidariedade com outros no âmbito do Estado ou de uma classe, com o objetivo de modificar ou preservar a estrutura e o sistema de interesse dominantes, como forma de tomar a parte de um todo e partilhar, associar ao pensamento ou sentimento coletivo (PIZZORNO, 1975; FERREIRA, 2009 *apud* DA SILVA, 2018). Boot e Seligson (1976 *apud* BORBA, 2012) ilustram a participação política como um procedimento que influencia ou procura influenciar a repartição dos bens públicos. Por outro lado, a participação política como uma atividade que os cidadãos são obrigados a realizar com a finalidade de influenciar a tomada de decisão do governo (HUNTINGTON; NELSON, 1976 *apud* BORBA, 2012).

Na maioria das sociedades da África ocidental, o patriarcado se faz presente, uma vez que se fundamenta na organização social tradicional que relega as responsabilidades e os poderes aos membros masculinos e impõe às mulheres as posições inferiores, com pouca participação. Nesta sequência, Borges (2005, p. 27) acrescenta que:

Na África Ocidental, a tradicional independência ou relativa autonomia das mulheres, apesar da prevalência da ideologia patriarcal, em resultado das suas atividades económicas e, até certo ponto do seu estatuto polígamo em que cada mulher é responsável pela gestão da subunidade básica dentro da família extensa, permitiu a valorização da mulher na África pré-colonial, as suas atividades económicas públicas e a concepção da família, impondo a responsabilidade na manutenção da unidade básica, o “fogão” constituído pela mãe e seus filhos, fazem com que as atividades e os bens sejam objeto de uma luta e de uma negociação entre os dois gêneros” (BORGES, 2005, p. 27).

No período pré-colonial, as mulheres possuíam autonomia e responsabilidade dentro da família, uma vez que, com a sua atividade econômica, contribuíam para a manutenção da casa. Antes da ocupação colonial em Bissau, as mulheres eram omnipresentes nas ruas e mercados como vendedoras e compradoras, também se organizavam em associações para manterem seus poderes econômico, religioso e político enquanto estratégias de emancipação social e política. Ainda, a associação *mandjuadade*⁵ lhes proporcionavam o lugar de autonomia e de empoderamento, visto que, as mulheres criaram este tipo de associação para manter as solidariedades mútua e terem autonomias em várias funções.

As estratégias utilizadas pelas mulheres guineenses na época pré-colonial foram fundamentais para a defesa dos seus interesses econômicos, sociais e políticos. Com as

⁵ *Mandjuadade* constitui grupos de pessoas da mesma idade que se organizam pelas normas próprias, cujas finalidades a solidariedade social entre os seus membros (SEMEDO, 2010, p. 123).

associações, elas desafiaram o sistema patriacal enraizado no seio doméstico. As mulheres lutaram por sua autoafirmação, romperam as barreiras da hierarquização social e participaram do associativismo, no qual obtinham lugar de destaque dentro de uma machista. Sabe-se que, neste período, as associações de mulheres se baseavam em grupos de idade (CARVALHO & MBUNDÉ 2021).

Na Guiné-Bissau, no período pré-colonial, as associações de *mandjuandades* foram criadas por mulheres comerciantes a fim de defenderem os seus interesses, todavia, a organização veio a ganhar importância política, porque várias mulheres passaram a aderir a elas como um espaço de oportunidade para construir redes de relações sociais desligadas do universo familiar, constituindo a base da estratégia de participação feminina (BORGES, 2005). Nesta senda, nos espaços de *mandjuandade* as mulheres ocupavam cargos de dirigentes, visto que sua participação nessas instituições servia de ensejo para ultrapassar as limitações hierárquicas baseadas na senioridade e gênero, assumindo papéis socialmente valorizados, proporcionando às mulheres o acesso ao poder público, mesmo sendo de caráter simbólico (WIPPER, 1995; ODEYÉ-FINZI, 1985 *apud* BORGES, 2005).

Por outro lado, no período colonial, a ideologia patriacal foi reforçada, visto que foi estabelecida a hierarquia de papéis no que tange aos domínios público e privado. As mulheres passaram a ser excluídas da esfera pública e os homens passaram a ocupar as atividades produtivas e políticas, o que enfraqueceu o poder e prestígio das mulheres (BORGES, 2005). Nesta ótica, a participação das mulheres guineenses nas *mandjuandades* na época da luta de libertação deu-se em parceria com a União Democrática das Mulheres (UDEMU), com a organização e mobilização das mulheres nas cidades para a reconstrução nacional, quer dizer, as *mandjuandades* serviram ao movimento independentista como base de apoio clandestino na luta contra o estado colonial, fato que permitia a interligação entre os grupos de *mandjuandades* e UDEMU (KOHL, 2011).

Portanto, percebe-se que a participação das mulheres na sociedade e na política acontecia antes da luta de libertação da Guiné-Bissau do jugo colonial de forma indireta, através dos grupos de *mandjuandades*. Do mesmo modo, a base sociocultural e política da *mandjuandade* veio a servir na luta pela independência como espaço de mobilização política guineense com vista a realçar a ideologia política do PAIGC para que pudesse conquistar a libertação nacional. Em suma, as mulheres exerciam poder nestas associações, dado que, influenciavam e participavam da tomada de decisões.

3 O LÍDER AMÍLCAR LOPES CABRAL

Amílcar Lopes Cabral foi o líder político que desencadeou a luta pela independência da Guiné-Bissau. Nascido no dia 12 de setembro de 1924, em Bafata, Guiné-Bissau, era filho dos imigrantes cabo-verdianos Juvenal António Lopes Cabral e Iva Pinhel Évora. Sua formação acadêmica ocorreu em Lisboa, Portugal, e por meio de bolsa de estudo formou-se em Agronomia, no Instituto Superior de Agronomia, em 1945.

Durante a sua estadia na Lisboa, participou da fundação, juntamente com outros estudantes africanos originários das colônias, do Centro do Estudos Africanos, em 1951. O objetivo dessa associação assentava na ideia de “(re) africanização dos Espíritos”, quer dizer, reencontrar as suas raízes africanas e os meios adequados para combater o colonialismo. Em Lisboa, Cabral trabalhava como investigador na estação agrônoma e, quando regressou a Guiné-Bissau, mobilizou o conhecimento adquirido como engenheiro-agrônomo para analisar a realidade guineense. Também criou o clube desportivo local, que foi fechado em 1954 pelo governo. No momento, Cabral começou a mobilização alertando a população sobre a dominação colonial e sobre a experiência concreta de luta contra o domínio colonial. Em vista disso, foi obrigado pela conjuntura política repressiva a deixar a Guiné-Bissau, uma vez que queria mobilizar os guineenses para a revolta contra a opressão portuguesa. Após este episódio, a sua permanência no país foi restringida a uma vez por ano (CABRAL, 1980).

Em 19 de setembro de 1956, o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC) foi criado por Amílcar Lopes Cabral, juntamente com outros cinco membros (Aristides Pereira, Luís Cabral, Júlio de Almeida, Fernando Fortes e Elisée Turpin), com sede em Guiné-Conakry (LOPES, 1982). A conscientização sobre a realidade sociopolítica colonial e a desumanização na qual se encontravam os trabalhadores impulsionou a classe trabalhadora a fazer uma revolta no porto de Bissau em 3 de agosto de 1959, reivindicando as melhores condições de trabalho, data que ficou conhecido como o massacre *Pindjiquiti*. Nesta senda, os colonizadores contestaram a manifestação de forma violenta, mataram trabalhadores e, por esta razão, Cabral regressou à Bissau, onde reuniu o PAIGC para a mobilização das massas camponesas para a luta de libertação (CABRAL, op. cit.).

Em 1962, sob a liderança de Cabral, o PAIGC apresenta um trabalho de cunho crítico ao colonialismo e em defesa do interesse do povo guineense e caboverdiano pela primeira vez nas Nações Unidas. Diante disso, em 23 de janeiro de 1963, iniciou a luta armada contra a dominação colonial portuguesa, que resultou na proclamação unilateral da independência da Guiné-Bissau em 24 de setembro de 1973. Em seguida, em 1964, Amílcar Cabral conduziu o

primeiro congresso do PAIGC em Cassacá, nas zonas libertadas no Sul do país, onde foi realizada uma mudança decisiva na marcha da luta (Ibid). Enquanto decorria a luta armada, guerrilhas de Cabral conquistavam as zonas de combates e ali se instalavam as escolas, porque Cabral considerava a educação como a arma mais poderosa para alcançar a libertação. Com conteúdos revolucionários, a educação visava construir o "homem novo" guineense, que teria a noção da realidade sociopolítica, cultural, econômica da época e da (re) valorização da sua cultura (LOPES, op. cit.).

Ainda durante a luta armada, Cabral estabelecia a ideia de unidade e luta como as divisas que serviam de princípios básicos da orientação das guerrilhas. Para Cabral, a ideia da unidade seria uma forma de resistência pedagogicamente acentuada para evitar diferentes contradições de interesses dos grupos sociais da Guiné-Bissau e Cabo Verde. Cabral também estendeu sua ideia de unidade e associou-a aos princípios panafricanistas, que visam à promoção da união entre os países africanos a fim de lutarem juntos para a expulsão dos imperialistas europeus (LOPES, op. cit.). Além disso, Cabral defendia a ideia do desenvolvimento da Guiné-Bissau como objetivo maior, apesar de não presenciar o momento da conquista de independência da Guiné-Bissau, e já tinha apresentado a sua ideologia desenvolvimentista, que passava pelas alterações das instituições políticas, econômicas, sociais e culturais colonial para a introdução de novo sistema para que a transformação econômica possa trazer uma nova dinâmica social (CHILCOTE, 1968 *apud* CARDOSO, 2015)

Enfim, com esses argumentos compreende-se que Cabral enquanto líder de libertação da Guiné-Bissau e Cabo Verde, apresentava as suas ideologias sociais e políticas como diretrizes a seguir para operacionalização da luta armada, construir e desenvolver esses países. Tais ideologias enfatizavam a necessidade de criação de um partido político, da conscientização e mobilização do povo guineense e caboverdiano para lutarem contra o império colonial, de apostar numa educação revolucionária que construiria "um homem novo", de lutar para igualdade de gênero na participação sociopolítica entre homens e mulheres, de construção de um novo Estado da nação que uniria todos os grupos sociais que compõem o mosaico cultural guineense e de desenvolver a Guiné-Bissau.

4 A PERSPECTIVA DE AMÍLCAR LOPES CABRAL SOBRE A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES GUINEENSES

Na Guiné-Bissau, a luta da libertação contra os imperialistas portugueses foi liderada pelo Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC), sob a direção de Amílcar Lopes Cabral. A luta armada teve início em 23 de janeiro de 1963 e foi uma resposta aos colonizadores, que exerciam opressão e força contra o povo guineense. Para materializar as ideologias e estratégias desenvolvidas pelo PAIGC, era necessário fazer a mobilização e a organização de uma maioria significativa da população, uma unidade política e moral das diversas categorias sociais. Quer dizer, era necessário a eliminação progressiva da mentalidade tribal, uma vez que seria preciso recusar as regras, tabus sociais e religiosos que impediriam o desenvolvimento da luta e que inferiorizariam socialmente as mulheres e outros segmentos (CABRAL, 1995).

Mesmo contando com poucas oportunidades, as mulheres guineenses desempenharam papéis preponderantes na luta da libertação nacional contra o jugo colonial entre os anos de 1963 a 1973, período de luta armada. As mulheres atuaram junto aos homens nas diferentes frentes de ataque, contribuindo em diferentes domínios. Nos discursos, Amílcar Lopes Cabral evidenciava a relevância da participação das mulheres na construção da sociedade nação e, na liderança do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC), colocou em pauta a questão de gênero, estimulando a igualdade entre homens e mulheres no seio do partido. As mulheres aderiram ao partido desde os momentos dos encontros clandestinos, colaborando no enfrentamento aos colonizadores, ou seja, lutavam ao lado dos homens para libertar o país da opressão colonial.

Amílcar Cabral era um líder político pautado no diálogo, com a capacidade de conscientização política e humana perante a sua liderança no PAIGC. Quase todos os seus discursos e estratégias realçavam a importância de ter as mulheres lado a lado com os homens na luta e na construção da nação. As mulheres tomaram parte na revolução como combatentes, redefinindo o papel a elas atribuído na sociedade. Para iniciar a luta armada era preciso ter o conhecimento da situação sociocultural, das relações de gênero e, então, iniciar preparação e mobilização. Quer dizer, era necessário saber buscar a melhor forma de eliminar as contradições existentes na sociedade guineense, ou seja, procurar fazer com que todo o povo se sentisse à vontade para se levantar e se juntar ao grupo que tinha o objetivo de expulsar os colonizadores da nossa terra. No começo da luta, era difícil juntar homens e mulheres para montar as estratégias da luta, uma vez que os homens não queriam se reunir com as mulheres para planejar

a luta de libertação do país (CABRAL, 1974). Havia camaradas que não queriam que as mulheres participassem da luta e faziam o máximo para evitar que elas fossem líderes, mesmo havendo mulheres com maior capacidade da liderança em relação aos homens. Havia homens que não queriam entender que a liberdade para o povo guineense significa liberdade também para as mulheres, que a soberania para o nosso povo requer a participação das mulheres e que a força do partido vale mais na medida em que as mulheres se preparam muito bem para poderem ser líderes ao lado dos homens (CABRAL, 1945). Muitos homens faziam de tudo para prejudicar as mulheres, mas Cabral (op. cit.) descreve que:

[...] aqueles que entenderam que a mulher tem direito de avançar, de ter instrução, de ir à escola como qualquer ser humano, para fazer qualquer trabalho, como ela é capaz de fazer; aqueles que entenderam bem que um homem enquanto tiver três, quatro mulheres, nunca será um homem de verdade e que não há nenhum povo que possa avançar com homens com quatro mulheres; aqueles que entenderam bem que se o seu filho for fêmea não a pode vender, assim como não pode vender a mãe, que não é nenhuma escrava; quem entendeu que as crianças são os únicos seres a quem temos que dar privilégios na nossa terra, que são a flor da nossa vida, por causa delas nós fazemos todos os sacrifícios para elas viverem felizes; aqueles que fizeram bem os trabalhos designados pelo Partido, ao serviço do nosso povo, é que são membros do nosso Partido e têm que mandar na nossa terra (CABRAL, 1945, p. 106).

Desse modo, Cabral advertia aos companheiros que todos tinham o mesmo direito no partido, fossem homens ou mulheres, desde que respeitassem os princípios do PAIGC. À vista disso, a emancipação da mulher era necessária porque daria às mulheres o direito de avançar, comandar e se expressar à vontade, sem a pressão dos homens dentro do partido, assim como na sociedade.

Diante disso, Cabral (1945) mostra aos dirigentes do PAIGC que queriam somente procurar mulheres bonitas em qualquer lugar que fossem para se apropriar, estes estariam agindo pior que os colonizadores portugueses, dado que negariam às mulheres as possibilidades de se dignificarem e de se erguerem. Nesta perspectiva, os desafios do momento exigiriam a concessão das oportunidades para as meninas entrarem na *Escola-Piloto*⁶, uma vez que, para poderiam aprender a ler e escrever corretamente para poderem avançar nos estudos. Isto constituiu um dos principais avanços, porque o melhor avanço seria o avanço das mulheres simultaneamente com os homens. As exigências para as meninas terem acesso à escola-piloto

⁶ A escola-Piloto é uma escola criada por Amílcar Cabral no ano 1964, em Conacri, depois do Congresso de Cassacá. O objetivo da fundação dessa escola era para formar um “homem novo”, como dizia Cabral. Nesta escola, ensinavam até sexto ano, em língua portuguesa, e os manuais eram voltados ao ensino de geografia e história da Guiné-Bissau e de Cabo-Verde. Ali, a relação entre professores e alunos era respeitosa entre as duas partes. Por outro lado, Cabral lamentava sobre a luta armada e dizia: “Se eu pudesse, fazia uma luta só com livros, sem armas.” Para ele, esta era o melhor meio de formar quadros para o futuro: <https://www.dw.com/pt-002/lilica-boal-a-eterna-diretora-da-escola-piloto-do-paigc/a-17678843>

eram menos severas do que em relação aos meninos (CABRAL, 1945).

A participação de mulheres na luta de libertação nacional desenhou-se na história da Guiné-Bissau como um combate contra dois colonialismos, o colonialismo europeu e o colonialismo dos homens guineenses. Diante disto, a luta para emancipação das mulheres constituiu um dos princípios políticos destacados e teorizados por Amílcar Cabral, uma vez que procurava reportar que as mulheres deviam participar de todas as estruturas do partido (LARANJEIRO, 2021).

Com os princípios defendidos por Cabral, as mulheres passaram a assumir as responsabilidades no movimento de libertação da Guiné-Bissau e mostraram a capacidade em diferentes domínios. À título de exemplo, temos Carmen Pereira, considerado o símbolo feminino da luta de libertação. Numa de suas entrevistas ao *DW África* (PESSOA, 2014), Carmen Pereira ressalta que ingressou no movimento libertador PAIGC em 1961, assumindo a responsabilidade com o movimento em Conacri, que era a base estratégica de partido. Foi a primeira mulher a ocupar a presidência da república da Guiné-Bissau após a independência. Além disso, fazia parte do grupo que mobilizava e recrutava as mulheres para fazerem parte da frente sul de guerra, e sempre propagava as palavras de incentivo às mulheres nas suas reuniões: "Temos que fazer isto! Temos que trabalhar! Temos que lutar! Temos que ir à frente para mostrar aos homens que nós também somos capazes!". As mulheres começaram a aprender a dar os primeiros socorros aos militares feridos e, assim, criaram as bases sanitárias da guerrilha (DW, 2014).

Amílcar Cabral defendia as mulheres contra os ataques dos camaradas que as abusavam, procurava defender os direitos das mulheres, fato que levou a pensar que as mulheres precisavam se emancipar de forma organizada. Nesta trilha, no início da luta armada refletiu sobre a criação de uma base que iria apoiar a luta das mulheres guineenses contra as condições da subalternidade, criando um espaço para desenvolvimento das suas ideias e ações políticas. Surgiu, em 1961, a União Democrática das Mulheres (UDEMU), braço feminino do movimento de libertação nacional da Guiné-Bissau, atuando em complementaridade aos homens, seja nas estruturas políticas ou na organização das zonas libertadas (GOMES, 2021).

Cabral queria que todas as mulheres fossem associadas à seção feminina do partido-estado, a UDEMU, que servia de base de mobilização e da participação política das mulheres, quer dizer, serviu de alicerce para eliminação da injustiça, imposição e desigualdade em relação às mulheres na nossa sociedade (KOHL 2011).

A UDEMU atuava como base para fortalecimento da camada feminina, um espaço de emancipação e de mobilização para as mulheres lutarem contra o sistema patriarcal colonial

e nacional e de construção da igualdade entre homens e mulheres durante a luta libertação e na sociedade atual. Para Cabral (1974) era preciso mobilizar toda as forças possíveis para a expulsão dos colonizadores do solo guineense, seria necessário que homens e mulheres de diferentes grupos sociais avançassem para um único objetivo, evitando os conflitos entre si. A união só se faz mediante a existência e reconhecimento das particularidades na sociedade, e se não existisse a diferença não seria necessário buscar os princípios da unidade. Portanto, perante os grupos étnicos e a injustiça gerada pelo império colonial no país, era necessário unir diversas pessoas para lutar contra a dominação estrangeira no nosso território. Desse modo, quanto mais união entre nós, mais força teremos para lutar e libertar a Guiné-Bissau (CABRAL, 1974).

Figura 1 - Cabral no exercício da formação das mulheres guerrilheiras



A Fig. 1 mostra Cabral e as mulheres nos exercícios da formação das guerrilhas, isto é, ensinando-as a empunhar a arma e avançarem juntos aos homens na libertação da Guiné-Bissau, fato que contribuiu para formar mulheres corajosas e determinadas nas funções de milícias.

Na época da luta de libertação da Guiné-Bissau, nota-se que o PAIGC garantiu o respeito pelo direito das mulheres com vista a estabelecer uma nova formação social guineense, baseada na igualdade e equidade de gênero, porque Amílcar Cabral acreditava que sem a participação das mulheres o resultado da luta não seria bem-sucedido. Portanto, a luta pela independência da Guiné-Bissau foi produtiva com a participação plena e importantíssima das mulheres e com a capacidade de gerência da questão de equidade por parte de líder Amílcar Cabral (GOMES, 2015).

A ideia de Cabral (1972), assenta justamente em mostrar aos camaradas que as mulheres

precisam ser reconhecidas e respeitadas porque são companheiras dos homens, de modo que isso constitui uma das forças principais da luta armada em todos os âmbitos. Mulheres lutaram para progresso e mostraram o amor ao povo nos momentos quando os homens enfraqueceram, mostraram coragem, força para avançar sem desistir e, acima de tudo, deram as contribuições significativas para que o PAIGC pudesse avançar. Portanto, Amílcar Cabral adverte sobre a necessidade de que na Guiné-Bissau os homens e mulheres avancem juntos e que tenham as mesmas oportunidades, uma vez que isso constitui grande sonho do PAIGC que consiste em ter igualdade entre homens e mulheres em todas as atividades. Em suma, Cabral ressalta que as mulheres precisam acreditar em si mesmas e mostrar que as suas vidas não devem ser melhoradassomente com as leis, mas sim com a luta sem medo de nada, a fim de serem as donas dos próprios destinos. Quer dizer, precisam marchar com seus próprios pés para mostrarem aos homens que têm capacidades e valores. (CABRAL, 1972).

Em 1969, os militares controlavam a grande parte do território, as zonas já libertadas, uma vez que o PAIGC, na liderança de Cabral, propôs maiores esforços na criação de uma nova ordem social. Deste modo, eram realizadas as eleições nas tabancas⁷, nas quais as comissões incluíam cinco membros eleitos para assumir uma determinada função e as mulheres eram confirmadas para ocupar dois lugares nessas funções e assumir suas responsabilidades. Na verdade, foram atribuídas às mulheres novos direitos e estatutos sociais, o que impulsionou uma transformação efetiva dos papéis de gênero (LARANJEIRO 2014). Neste itinerário, as mulheres se destacavam em diferentes ocupações, como as de comandantes militares⁸, governantes de regiões, membros do tribunal popular, enfermeiras e professoras, contribuindo significativamente para a mudança das mentalidades sociais (GODINHO, 2016).

Muitas mulheres foram formadas e exerceram funções nas milícias, cumpriram missões de guerra integrando as Forças Armadas Revolucionárias do Povo - FARP⁹. Nesta perspectiva, o movimento de libertação favoreceu a participação das mulheres na luta, na escola e nas comunidades locais, fato que contribuiu para a libertação das mulheres das formas de discriminação que eram submetidas pelo sistema patriarcal. Portanto, a visão do gênero sustentada por Cabral redefiniu a condição feminina e reafirmou a importância das mesmas no processo da construção e desenvolvimento da Guiné-Bissau (GOMES, 2015). Por outro lado, a participação das mulheres na construção da estratégia militar e política do PAIGC serviu da

⁷ Tabanca é a aldeia ou comunidade de indivíduos que compartilham os mesmos princípios.

⁸ A referência da combatente Titina Sila, a heroína que foi morta no dia 30 de janeiro 1973, no rio de Farim, numa emboscada pelos colonizadores quando se dirigia ao funeral do combatente Amílcar Lopes Cabral (LARANJEIRO 2021).

⁹ <https://images.app.goo.gl/91MceB1JKbkbkjZ89>

oportunidade para desafiar as estruturas tradicionais, que as inferiorizavam socialmente. Também serviu de desestabilizar as práticas sociais que as subalternizam, como a poligamia, o casamento forçado e a inexistência do direito ao divórcio (LARANJEIRO, 2021).

Figura 2 - Carmen Pereira na época da guerra da libertação colonial



A Fig. 2 ilustra a combatente Carmen Pereira empunhando a sua arma. Ela integrou o Conselho Superior da luta em 1961. Carmen, combatente Titina Silá e muitas outras mulheres aderiram à luta e mostraram a coragem de servir a pátria, dando as suas contribuições como combatentes, militares, educadoras, cozinheiras, enfermeiras, conselheiras, carregadoras de monumentos para guerrilha, entre outras funções. Deste modo, considera-se que as mulheres tiveram contribuições importantíssimas no país no que tange à concretização dos objetivos por assumirem papéis notáveis durante o processo da luta de libertação nacional que durou cerca de onze anos (GOMES & MONTEIRO, 2020).

Enfim, a luta levada a cabo de 1963 a 1973 pelo PAIGC, na Guiné-Bissau, era para libertar o povo não só do colonialismo, mas de todos os tipos de exploração para que homens e mulheres se levantassem e avançassem para construir uma sociedade mais justa. Nesta ótica, Cabral realça para camaradas que não querem deixar de explorar as mulheres, mas que querem ver o país libertado que podem figurar como povo hoje, mas amanhã já não serão (CABRAL, 1945).

5 CONCLUSÃO

Este artigo apresentou a visão do líder político Amílcar Lopes Cabral sobre a participação política das mulheres na luta de libertação da Guiné-Bissau, destacando a importância de gênero como uma categoria de análise dos fenômenos sociais, uma vez que a organização das relações sociais guineenses foi estabelecida a partir de um sistema patriarcal, baseado na desigualdade de gênero. Evidenciou a teoria política de Amílcar Lopes Cabral acerca da luta pela libertação da Guiné-Bissau, as suas estratégias de mobilização e organização da massa para lutar contra colonialismo português, mostrando que era necessário a união de diferentes forças, sem a distinção de sexo ou étnicas. Diante disso, demonstrou a crença de Amílcar Lopes Cabral numa educação revolucionária para construção de "um homem novo", que valorizaria a sua cultura e que lutaria para a sua dignidade e igualdade de gênero na participação sociopolítica entre homens e mulheres na constituição de um novo Estado guineense.

A abordagem da perspectiva de Amílcar Lopes Cabral sobre a participação das mulheres guineenses na luta anticolonial nos permitiu perceber que a participação das mulheres na luta de libertação foi de grande importância, e elas contribuíram como guerrilheiras, educadoras, enfermeiras, entre outras funções. Ilustrou como as suas participações foram cruciais na luta e como eram necessárias na estrutura de PAIGC, porque Cabral compreendia muito bem que a melhor forma de avançar naquele período era por meio de uma relação pacífica e de parceria entre as mulheres e os homens. Vê-se que, com essa ideologia, na época da luta anticolonial, Amílcar Lopes Cabral conseguiu diminuir a gritante desigualdade de gênero e, assim, foi possível conquistar a libertação da Guiné-Bissau do jugo português.

Em suma, o artigo evidenciou a participação permanente das mulheres nas questões sociopolíticas, na época colonial, com intuito de darem as suas parcelas de contribuições na transformação da Guiné-Bissau. Para dar continuidade ao legado das mulheres guerreiras guineenses e das ideologias de Amílcar Lopes Cabral sobre a igualdade de gênero, faz-se necessário que sejam criados mais espaços, movimentos, organizações sociais, rodas de conversas que sirvam para contar a verdadeira história do papel das mulheres desde primórdios da sociedade, seja na época colonial, pós-colonial ou no período democrático na Guiné-Bissau. Para que as novas gerações e, sobretudo, as meninas, possam desenvolver as suas capacidades de pertença, a fim de conhecerem os seus deveres e direitos cívicos, e principalmente, os direitos das mulheres, e possam ter mais compromisso com as pautas das mulheres, sabendo reivindicar assim que os seus direitos sejam violados. Neste sentido, é urgente que o Estado da Guiné-Bissau se torne, na prática, um agente que vai promover a igualdade de gênero, incentivando a

participação das mulheres no cenário sociopolítico, criando espaços para que participem e que sejam incorporadas, nos currículos escolares do país, temáticas relacionadas aos reais problemas e desafios enfrentados pelas mulheres. Isto constituirá um passo importante, dado que pressupõe o respeito aos direitos e à dignidade humana na luta para a construção de uma sociedade mais justa, democrática, igualitária e equitativa.

REFERÊNCIAS

BENZINHO, Joana; ROSA, Marta. (2015), *Guia turístico: a descoberta da Guiné-Bissau*. Lisboa, Gráfica ediliber, Coimbra, p. 01-162.

BORBA, Julian. (2012), *Participação política: uma revisão dos modelos de classificação*. Sociedade e Estado, v. 27, n. 2, p. 263-288.

BORGES, Maria Manuela. (2005), “*As mulheres em África: dinâmicas informais de socialização, educação, reprodução e inovação cultural*”. Revista Educação em Questão, v. 22, n. 8, p. 7-33.

CABRAL, Amílcar. (1945), *um poema Praia*. Cabo Verde, p.01-114. Disponível em: <http://www.amilcabcabral.org/livro.pdf>

CABRAL, Amílcar. (1974), *Guiné-Bissau – nação africana forjada na luta*. Lisboa, Nova Aurora, p.01-29.

CABRAL, Amílcar. (1980), *A arma da teoria*. Rio de Janeiro, Editora Codecri, Coleção TerceiroMundo, v. 4. p. 07-93.

CABRAL, Amílcar. (1995), *A arma da teoria*. Unidade e luta, vol.1. Textos coordenados por Mário de Andrade. Lisboa: Comitê Executivo da Luta do PAIGC; Seara Nova, p. 221-233.

CABRAL, Amílcar. (1972), *Discurso sobre 8 de março*. Disponível em: <https://youtu.be/gwEOsoT7Q98>

CARDOSO, Carlos. (2015), *Revistando o conceito de desenvolvimento no pensamento de Amílcar Cabral*, p.01-14. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=CARDOSO%2C+Carlos.+Revistando+o+conceito+de+desenvolvimento+o+no+pensamento+de+Am%C3%ADlcar+Cabral.+2015&btnG=. Acesso em 12-10-2022.

DA SILVA, Eduardo Moreira. (2018), *Participação e Inovação democrática: nota sobre Brasil contemporânea*. In: MENDONÇA, Ricardo Fabrino. CUNHA, Eleonora Schettini Martins. Introdução à teoria democrática: conceitos, histórias, instituições e questões transversais. Belo Horizonte: Editora UFMG.

DE CARVALHO, Ricardo Ossagô; MBUNDÉ, Daiana Fernando. (2021), *Mandjuadada como espaço de luta pela emancipação feminina no contexto social na Guiné-Bissau*. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), [S.l.], v. 13, n. 36, p. 141-162, maio2021. ISSN 2177-2770. Disponível em:

<<https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/1257>>. Acesso em: 06 dez. 2022.

DE AZEVEDO, Fernanda Maria Caldeira. (2016), “*O conceito de patriarcado nas análises teóricas das ciências sociais: contribuição feminista*”. Revista Três Pontos, Volume. 13.1- Dossiê múltiplos olhares sobre gênero, julho, p. 12-20.

GOMES, Patrícia Godinho. (2015), “*O estado da arte dos estudos de gênero na Guiné-Bissau: uma abordagem preliminar*”. Outros Tempos – Pesquisa em Foco, vol. 12, n.19, junho, p.168- 189.

GOMES, Patricia Godinho. (2016), “*As outras vozes’: Percursos femininos, cultura política e processos emancipatórios na Guiné-Bissau*”. Revista Odeere, v. 1, n. 1, p. 121-145.

GOMES, Patrícia Godinho. “*Mindjeris di Guiné, ka bô m’pina, Ka bô burgunhu. Narrativas demulheres na/sobre a luta de libertação na Guiné Bissau (trajetórias, construções e percursos emancipatórios)*”. AbeÁfrica - Revista da Associação Brasileira de Estudos Africanos, vol. 6, n. 6. p.81-106.

GOMES, Peti Mama; MONTEIRO, Artemisa O. Candé. (2020) “*Os desafios da Lei de Paridade na sua dimensão social e política: o caso das mulheres na Guiné-Bissau*”. Cadernos de África Contemporânea | v. 3, n. 6, p. 150-159.

HOOKS, bell. (1981), *E eu não sou eu uma mulher? Mulheres negras e feminismo*. 1ª ed. Editora, Plataforma Gueto, p. 02-139.

KOHL, Christoph. (2011), *Integração Nacional ‘por baixo’: A contribuição do associativismo em Guiné-Bissau*. Revista antHropológicas, v. 22, n. 2, p. 07-40

LARANJEIRO, Catarina. (2021), “*Arma diplomática e ficção: as mulheres nos filmes da Luta de Libertação da Guiné-Bissau*”. Revista de Comunicação e Linguagens, n. 54, ISSN 2183-7198, p.47-64

LARANJEIRO, Catarina. (2014), *Amílcar Cabral: o que foi e o que dele faremos. Mestres do mundo, trabalho final do seminário, conhecimentos, sustentabilidade e justiça cognitiva*. (Disponível: http://alice.ces.uc.pt/en/wpcontent/uploads/2014/03/Mestres_do_Mundo_Amilcar_Cabral2.pdf. 2014.p. 01-28

LOPES, Carlos. (1982), *Etnia, Estado e relações de poder na Guiné-Bissau*. Lisboa, Edição 70, Biblioteca dos Estudos Africanos. p. 01-142.

LOPES, Carlos. (2013), *Amílcar Cabral como promotor do pan-africanismo*. Paper apresentado no Fórum Amílcar Cabral. Praia, Cabo Verde. Disponível em: https://archive.uneca.org/sites/default/files/LopesWritings/amilcar_cabral_como_promotor_d_o_pan-africanismo.pdf)

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. (2006), *Os sentidos e desafios da participação*. Ciências Sociais Unisinos, v. 42, n. 1, p. 19-26.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. (2015), *Metodologia de trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e*

trabalhos científicos. 7.ed.rev.ampl. São Paulo: Atlas, 225p.

MOREIRA, Joacine Katar. (2018), A *Cultura di Matchundadi na Guiné-Bissau: género, violências e instabilidade política*. 2018. Tese **Doutorado em** Estudos Africanos – Instituto Universitário de Lisboa - ISCTE, Portugal, **p.01-284**

SEMEDO, Maria Odete da Costa Soares. (2010), As *Mandjuandadi: Cantigas de Mulher na Guiné-Bissau: da tradição oral à literatura*. Belo horizonte, p. 22-452. Disponível em: http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Letras_SemedoMO_1.pdf

SCOTT, Joan. (1989), Gênero: *Uma categoria útil de análise histórica*. (CR Dabat & MB Ávila, Trad.). Nova York: SOS Corpo e Cidadania, **p. 01-35**.

TARRAFA, Cristiana Correia. (2016), *A mulher, a política e os média*. Dissertação de Mestrado em Estudos Europeus, Universidade de Coimbra, **p. 01-112**.

OYEWUMI, OYERONKE. (1997), *The invention of women: making an African sense of Western gender discourses*. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press, **p.01-10**.

PATEMAN, C. (1992), *Participação e Teoria Democrática*. RJ: Paz e Terra. p. 09-157

PESSOA, Marcio. (2014), “*Carmen Pereira e a guerra das mulheres*”. DW, 30/08/2014. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/carmen-pereira-e-a-guerra-das-mulheres-na-guin%C3%A9-bissau/a-17656419>. Acesso em 10-10-2022.